

Browser tabs: Email - A x, Controle x, Honorar x, Controle x, Audiência x, Upload x, Consulta x, 0816082 x, Baixar o x, (49) Who x, +

Address bar: tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listAutosDigitais.seam?idProcesso=259330&ca=0f06d703f2f05713c9559d092b89ae93b7d2...

Navigation: Apps, SISTEMAS, Google, Publicações

Page Header: ProceComCiv 0816082-05.2019.8.18.0140
FRANCINELO DE ARAUJO CALAND X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS D...

Search bar: 16218896 - Petição (2721559 IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL 01)
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 23/04/2021 11:05:46

Left sidebar (Timeline):

- 23 Apr 2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO 16218896 - Petição 16218896 - Petição (2721559 IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL 01) 11:05
- 17 Apr 2021: DECORRIDO PRAZO DE FRANCINELO DE ARAUJO CALAND EM 16/04/2021 23:59: 00:20
- 08 Apr 2021: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. EM 07/04/2021 23:59: 00:45
- 04 Apr 2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL 15764275 - Laudo Pericial

Main content area (downloadBinario.seam):

2721559 - CJ/2020-015934/INVALIDZ

JOÃO BARBOSA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n.º 08160820520198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove

Taskbar: Windows icons, PT, 11:05, 23/04/2021



Número: **0816082-05.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **03/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCINELIO DE ARAUJO CALAND (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16218896	23/04/2021 11:05	2721559_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Petição



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

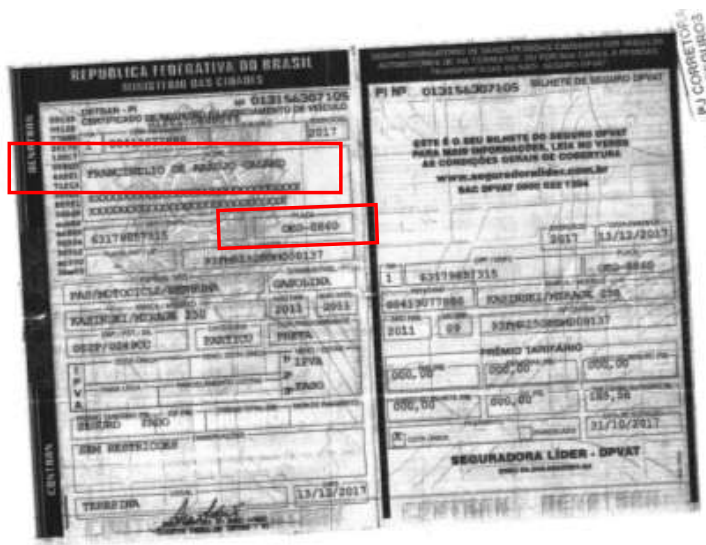
Processo n.º 08160820520198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCINELIO DE ARAUJO CALAND**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **OEG-8860**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Consulta a Pagamentos Efetuados

ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

PAGAR SEGURO

Sua busca por planilha de pagamentos de 2011 a 2019

Exercício	Valor Pago	Situação	Indenização	Pagamento
2019	R\$94,30	Quitado		
2018	R\$105,50	Quitado		
2017	R\$105,50	Quitado		
2016	R\$252,01	Quitado		
2015	R\$252,01	Quitado		
2014	R\$252,01	Quitado		
2013	R\$252,01	Quitado		
2012	R\$279,27	Quitado		
2011	R\$27,00	Quitado		

PM Melissone

Seguro DPVAT

Calendário de pagamento

ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Selecione as opções atuais para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício: 2018 UF: RJ Final da Placa: 0 Categoria: 9

Categoria: 9

Final da Placa	IPVA (COTA UNICA)	Exat. Descontos*	DPVAT	Licenciamento
0	31/10/2018	SEM	31/10/2018	31/10/2018

PL: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

VERIFICA-SE QUE O LAUDO PERICIAL SE LIMITA A INFORMAR QUE O MEMBRO INFERIOR FOI A REGIÃO CORPORAL ACOMETIDA CAUSANDO LIMITAÇÃO, CONTUDO É POSSÍVEL ATRAVÉS DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA ACOSTADA IDENTIFICAR QUE O AUTOR SOFREU LESÃO NO JOELHO ESQUERDO, ESPECIFICAMENTE.

ORA, EXISTE PREVISÃO EXPRESSA DE INDENIZAÇÃO A INVALIDEZ NO JOELHO NA TABELA PREVISTA EM LEI.

E ainda, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram ao menos uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão IDENTIFICADA NO PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão e o acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o documento médico acostado, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado na totalidade do MEMBRO INFERIOR ESQUERDO e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

E ainda, caso Vossa Excelência tenha entendimento diverso do acima, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 22 de abril de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

